

O “Manual Básico de Práticas Agrícolas: conservação do solo e da água”. Contribuição para uma maior sustentabilidade da actividade agrícola em Portugal

Isabel Loupa Ramos

Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas

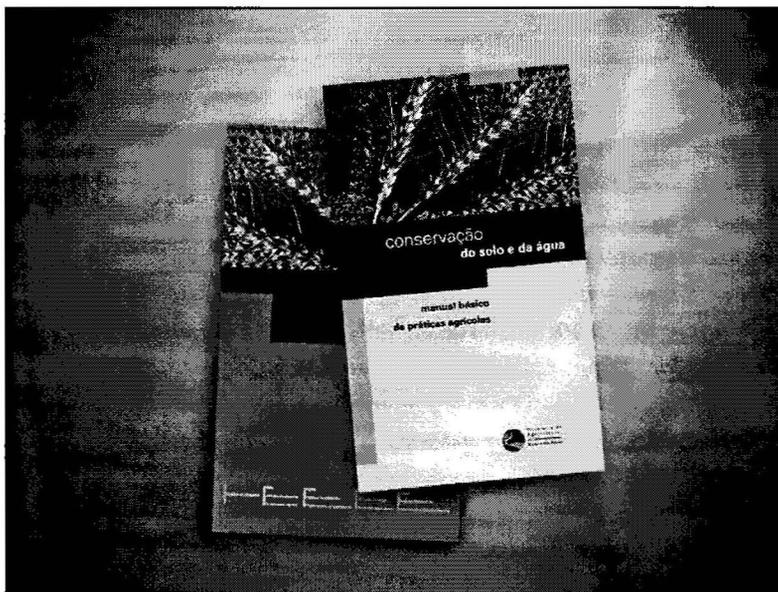
Praça do Comércio

1149-010 LISBOA (PORTUGAL)

Tel.: +351.213234869

Fax.: +351. 213234612

e-mail: isabel.ra@min-agricultura.pt



Resumo

A actividade agrícola desde sempre que vive uma relação bidireccional com o meio onde se insere; depende dele para a produção primária e simultaneamente exerce pressões que podem pôr em causa a perpetuação da própria actividade. No sentido de contribuir para a inversão desta tendência, foi publicado recentemente pelo MADRP o “Manual Básico de Prática Agrícolas: Conservação do Solo e da Água” no qual vêm expressas recomendações que visam a promoção de um desenvolvimento mais sustentável do sector.

Palavras-chave: práticas agrícolas, conservação do solo e da água, desenvolvimento sustentável.

Résumé

L'activité agricole vit dès toujours une relation bidirectionnel avec le milieu où elle est insérée ; elle y dépend pour la production primaire et en même temps exerce des pressions que peuvent menacer la perpétuation de l'activité elle-même. Dans le sens de contribuer pour l'inversion de cette tendance, le Ministère de l'Agriculture du Développement Rural et Pêches (MADRP) vient de faire paraître le « Manual Básico de Prática Agrícola : Conservação do Solo e da Água » où sont expressées des recommandations que visent la promotion d'un développement plus durable du secteur.

Mots-clés: pratique agricole, conservation du sol et de l'eau, développement durable.

Abstract

The agricultural practice experiences since the beginning a bidirectional relationship with the environment where it is inserted; it depends on it for the basic production and simultaneously exert pressures that can endanger the perpetuation of the activity itself. In order to contribute to the inversion of this tendency the Ministry of Agriculture, Rural Development and Fisheries (MADRP) has just published the "Manual Básico de Práticas Agrícolas: Conservação do Solo e da Água" which expresses recommendations for the promotion of a more sustainable development of the sector.

Keywords: agricultural practice, soil and water conservation, sustainable development.

A agricultura e o ambiente

A agricultura é uma actividade económica que se distingue das demais por depender do meio físico e dos processos biológicos (Ilbery, 1985). Esta condição, associada ao facto de ocupar a maior parte do território, leva a que a actividade agrícola esteja em permanente interacção com o meio onde se insere.

Contudo, esta interacção entre a actividade agrícola e o meio é bidireccional, no sentido em que tanto depende do meio, como também o influencia, por interferir nos processos e dinâmicas dos ecossistemas, constituindo um factor de distúrbio. Muito embora se considere que a agricultura foi, desde sempre, baseada no controlo, subordinação e domesticação da natureza (Simmons, 1993) o distúrbio gerado pode tender para a formação de novos equilíbrios quando a pressão exercida não excede a capacidade de carga do sistema, dando, assim, origem ao que se pode designar como ecossistemas de substituição. Estes novos equilíbrios

estão patentes nos agrossistemas tradicionais, onde o Homem é parte integrante da biocenose (Cabral, 1993), sendo que o abandono da actividade humana põe em risco o desaparecimento do novo sistema e de espécies que dele dependem.

A agricultura tradicional deu progressivamente lugar à agricultura moderna. Esta última assenta sobre a introdução de factores de produção que permitem aumentar a produção por unidade de área, tais como, os fertilizantes químicos, os produtos fitofarmacêuticos, as variedades melhoradas e máquinas cada vez mais potentes, permitindo, desta forma, obter um maior controlo sobre as variáveis biofísicas.

Sobretudo durante o último século, acompanhando o movimento global de acelerado desenvolvimento tecnológico, que se repercutiu ao nível do sector, a intensidade da actividade aumentou consideravelmente, exercendo uma maior pressão sobre os recursos naturais. Após uma fase de franco optimismo tecnológico, na qual a actividade procurou libertar-se das condicionantes e condicionalismos naturais, foi-se tomando consciência da impossibilidade de atingir tal objectivo e simultaneamente do facto dos recursos naturais serem escassos e finitos.

As abordagens meramente económicas do sector, que consideram que o meio permanece inalterado ao longo do tempo (Ilbery, 1985), derivam de uma visão do meio como 'palco' das actividades agrícola e são evidência de um afastamento progressivo dos actores do sector agrícola, relativamente ao meio físico e aos processos biológicos que estão na sua origem (Ramos, 1998).

A estratégia de desenvolvimento da PAC apoia-se, na sua origem em 1957, sobre um modelo económico que aponta para uma industrialização da agricultura, enquanto forma de responder às necessidades de uma população fragilizada e carente em bens alimentares, e onde a agricultura, ganha, deste modo, um valor social mais relevante, justificando este fim os meios utilizados.

Passadas quase 5 décadas da constituição da PAC, a sociedade alterou-se e os seus valores também, dando lugar a novas preocupações e a novos valores, que se prendem cada vez menos com a quantidade, e que progressivamente apelam à qualidade, nomeadamente à qualidade de vida, que encerra um conjunto de outras exigências, onde se incluem também a qualidade dos produtos agrícolas e do meio onde são produzidos.

A contribuição da PAC para a integração da dimensão ambiental na agricultura

A recente Reforma da PAC, operada no âmbito da Agenda 2000, veio reforçar a orientação desta política no sentido de promover o papel que a agricultura deve desempenhar na protecção do ambiente e na preservação dos recursos naturais, consolidando o princípio, já adoptado em 92, da sua multifuncionalidade.

Enquadrando-se no princípio geral de que o desenvolvimento numa óptica sustentável implica que a actividade dos diferentes sectores produtivos, para lá da sua viabilidade económica, seja ambientalmente equilibrada e socialmente justa, a nova orientação da PAC vai no sentido de que esta constitua um instrumento mais efectivo de promoção de uma actividade agrícola que proteja e valorize o ambiente.

Neste sentido, os diferentes diplomas legais que dão corpo jurídico às novas disposições da PAC integram um conjunto vasto de novas exigências e orientações a que os Estados Membros deverão dar seguimento na formulação de apoios financeiros e condições de acesso aos mesmos por parte dos respectivos beneficiários.

Assim, no que se refere às ajudas no âmbito das Organizações Comuns do Mercado, para lá das referências constantes dos Regulamentos específicos de cada produto, foi aprovado um Regulamento Horizontal (Regulamento (CE) n.º 1259/1999 do Conselho) que estabelece o princípio da eco-condicionalidade no seu art.º 3 relativo às exigências de protecção ambiental:

1. *No que se refere à actividade agrícola abrangida pelo presente Regulamento, os Estados-Membros devem adoptar as medidas ambientais que considerem adequadas, tendo em conta a situação das terras agrícolas utilizadas ou a produção em causa que reflecta os efeitos potenciais ambientais. Essas medidas podem incluir:*
 - *um apoio concedido como contrapartida de compromissos agro-ambientais,*
 - *exigências ambientais obrigatórias de carácter geral,*
 - *exigências ambientais específicas que constituam uma condição para os pagamentos directos.*
2. *Os Estados-Membros devem definir sanções adequadas e proporcionadas à importância das consequências ecológicas da inobservância das exigências ambientais referidas no n.º 1. Os Estados-Membros podem prever uma redução ou, se for caso disso, a supressão dos benefícios decorrentes dos regimes de apoio em causa se essas exigências ambientais não forem respeitadas.*

Por outro lado, no âmbito do Regulamento de Apoio ao Desenvolvimento Rural (Regulamento (CE) n.º 1257/1999), as seguintes ajudas ficam sujeitas à satisfação de normas mínimas de ambiente:

- *investimento nas explorações agrícolas,*
- *instalação de jovens agricultores,*
- *reforma antecipada,*

- *apoio às zonas desfavorecidas e regiões com condicionantes ambientais,*
- *medidas agro-ambientais,*
- *melhoria da transformação e comercialização dos produtos agrícolas e florestação de terras agrícolas.*

Torna-se, assim, necessário definir a abordagem que em Portugal deverá ser realizada para dar seguimento a estas novas orientações da PAC, atendendo às condições específicas existentes no nosso país, quer em termos ambientais quer no que respeita às características sócio-económicas do sector agrícola.

Portugal: os “ambientes” e as “agriculturas”

Em Portugal verifica-se a existência de uma grande diversidade ambiental, e são, certamente, os agricultores os primeiros a ter que encarar e gerir esta diversidade ao procurar adaptar as suas práticas culturais às realidades edafoclimáticas locais. Como fruto da evolução de várias formas de adaptação resultou a correspondente diversidade de agrossistemas tradicionais que ocupam ainda uma área muito significativa e que constituem formas ambientalmente equilibradas de produção agrícola.

Contudo, e apesar desta grande diversidade ambiental, constata-se simultaneamente a vulnerabilidade dos vários sistemas naturais, embora a diferentes níveis, bem como a sua fragilidade em termos de resistência às pressões resultantes de formas mais aprofundadas de intensificação agrícola.

Em termos de pressão ambiental sobre os recursos naturais exercida pelo sector agrícola são, sem dúvida, o solo e a água os que de uma forma mais directa e intensa sofrem os impactes negativos da actividade.

No caso do solo, a principal ameaça é a erosão hídrica que se estende a todo o país, com níveis de intensidade variáveis, constituindo o maior risco de degradação do mesmo. Contudo, o potencial produtivo do solo é ainda condicionado por outros processos, como a compactação, a lixiviação, a acidificação, a salinização e a contaminação por substâncias tóxicas. Em todos estes processos a água tem um papel preponderante, pelo que a conservação do solo tem que ser vista conjuntamente com a conservação da água.

O recurso água, essencial a inúmeros fenómenos e processos que asseguram a existência de vida na Terra, sofre pressões múltiplas, sendo a agricultura responsável por cerca de 70% da sua utilização. A degradação da água deve-se sobretudo à contaminação das águas subterrâneas e superficiais, que afecta a sua qualidade e a torna imprópria para certos usos.

O recurso água é ainda objecto de pressões em termos de quantidade. A irregularidade pluviométrica presente no país exige uma correcta gestão deste recurso no sentido de garan-

tir a sua disponibilidade nos períodos críticos de escassez, por um lado, e a prevenção das cheias, por outro.

Perante este cenário e sendo perceptível que a utilização irracional dos recursos naturais, através de práticas e técnicas desadequadas às condições geológicas, geomorfológicas, pedológicas e climáticas, põe em risco a viabilidade económica da própria actividade agrícola, torna-se essencial procurar soluções ao nível dos sistemas de produção que concorram para a protecção dos recursos naturais que lhe servem de base.

O “Manual Básico de Práticas Agrícolas: conservação do solo e da água”¹

Este Manual, que foi recentemente publicado pelo MADRP, pretende servir de enquadramento à adopção de Práticas Agrícolas ao nível da produção que visem a redução da pressão da actividade agrícola sobre o ambiente, sem comprometer a viabilidade económica das explorações, por forma a garantir a utilização sustentável dos recursos naturais e a perpetuação da actividade no espaço e no tempo, o que significa a utilização de um conjunto de práticas agrícolas económica e tecnicamente viáveis que sejam efectivas na conservação do solo e da água.

O manual está estruturado em quatro capítulos. Após um primeiro capítulo que enquadra a relação entre a actividade agrícola e o ambiente, o segundo foca as práticas agrícolas para a conservação do solo, abordando questões relacionadas com formas para uma boa gestão da sua fertilidade, práticas e técnicas a utilizar para prevenir a perda de solo através dos processos de erosão hídrica e ainda cuidados e regras que devem ser atendidos para a protecção da qualidade do solo da poluição com produtos fitofarmacêuticos.

O terceiro capítulo está centrado na conservação da água, nomeadamente na utilização racional da água de rega, na protecção da qualidade da água da poluição com fertilizantes e com produtos fitofarmacêuticos, sendo ainda referidas algumas formas de protecção dos ecossistemas ribeirinhos.

O quarto e último capítulo é dedicado à escolha e manutenção dos equipamentos, sendo apresentadas recomendações tanto para uma boa utilização dos equipamentos que existem na generalidade das explorações agrícolas, como também são apontados outros equipamentos que, não estando ainda vulgarizados entre nós, concorrem para a protecção dos recursos naturais.

A forma de comunicação da informação é um aspecto importante a ter em conta no sucesso de qualquer acção de divulgação. Neste sentido, o Manual, que tem como destinatários principais os agricultores, está expresso numa linguagem directa e simples, tentando, contudo, não ser redutora no conteúdo de informação que visa veicular. Esta questão, relacio-

¹ O Manual é editado e distribuído pelo INGA e está disponível no site do MADRP (<http://www.min-agricultura.pt>)

nada com o rigor da informação, ficou assegurada pela participação de um painel de peritos de várias universidades com reconhecido mérito científico nas várias especialidades.

Outro aspecto tido em conta na elaboração do Manual prende-se com o facto de ser considerado que as recomendações elencadas deviam ser precedidas de um pequeno texto explicativo, que justificasse a importância das práticas propostas no contexto dos processos biofísicos que se pretendem proteger. Esta fórmula pretende contribuir para uma melhor adaptação local das práticas agrícolas apresentadas, as quais, por terem um carácter genérico, não respondem à grande diversidade regional em termos de condições naturais. Assim, ficam por referir opções que poderão, em casos específicos, revelar-se tecnicamente apropriadas. Deste modo, cada exploração agrícola tem as suas características próprias e considera-se que é o agricultor quem melhor as conhece.

Conclusão

Este Manual está centrado, conforme referido anteriormente, na conservação do solo e da água. Contudo, a actividade agrícola exerce ainda pressão sobre o ambiente a outros níveis tais como o ar, a fauna e flora selvagens e a paisagem. No entanto, há que ter em conta que também os sistemas naturais dependem do solo e da água, sendo que uma racional gestão destes recursos também favorece sistemas naturais.

Este Manual pretende ser o primeiro de uma série de publicações que visam integrar as questões ambientais na actividade agrícola, contribuindo desta forma para uma maior sustentabilidade da actividade agrícola em Portugal.

Referências bibliográficas

- CABRAL, F.C. (1993) *Fundamentos da Arquitectura Paisagista*, ICN, Lisboa
- ILBERY, B. W. (1985) *Agricultural geography: A social and economic analysis*, Oxford University Press, Oxford
- MADRP (2000) *Manual Básico de Práticas Agrícolas: Conservação do Solo*, <http://www.min-agricultura.pt>
- RAMOS, I.L. (1998) *A Paisagem Rural na Ribeira das Alcáçovas: uma abordagem socio-ecológica*, Dissertação de Mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local, UN/FL, Lisboa
- SIMMONS, I. (1993) *Environmental History. A Concise Introduction*, Blackwell, Oxford